



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 06 de Agosto de 2019

Aprendizado, uma lei que deu certo

Humberto Casagrande Neto e Ruy Altenfelder

Vivemos num país onde há leis até em excesso, mas, para utilizar uma linguagem popular, muitos desses textos "não pegam", ou seja, as regras estabelecidas não são cumpridas. Felizmente, porém, há pelo menos uma exceção digna de nota: a Lei da Aprendizagem, do ano 2000, que nestes quase 20 anos possibilitou a inserção de milhares de jovens no mercado de trabalho e, além disso, colaborou na formação deles também como cidadãos. Os números confirmam que a Lei da Aprendizagem deu certo.

No Centro de Integração Empresa- Escola (Ciee), por exemplo, 500 mil jovens já participaram do programa Aprendiz Legal e tiveram qualificação profissional e práticas de responsabilidade social corporativa que lhes abriram as portas do mercado e os ajudaram a exercer a cidadania. No primeiro trimestre deste ano, o Ciee encaminhou 247 mil aprendizes a processos de triagem em empresas e entidades de vários portes e 37.426 jovens ingressaram em programas de aprendizagem. Do lado das empresas, as vantagens da legislação incluem a oportunidade de contar com mão de obra jovem e desejosa de crescer profissionalmente e com o "oxigênio" trazido pelos aprendizes, tão necessário para o crescimento dos negócios – sem

falar na contribuição para a sociedade pelo apoio na formação de pessoas com responsabilidade social e pelo combate à evasão escolar e ao trabalho infantil.

Jovens e empresários reconhecem a importância dessa legislação. Recente pesquisa do Datafolha mostrou que três em cada quatro aprendizes cumprem um dos principais objetivos do programa: 76% estudam e/ou trabalham. Além disso, 53% acreditam que o programa Aprendiz Legal contribuiu para o crescimento profissional. Outros dados mostram a relevância do programa do Ciee: estudo da Fipe revelou que a remuneração média mensal dos aprendizes saltou de R\$ 395 para R\$ 634 entre 2010 e 2017 e, segundo o Datafolha, 81% deles contribuíram para as despesas de casa enquanto participavam do programa. Levando em conta esses números, chega-se à conclusão de que a massa de renda dos aprendizes é de R\$ 3,26 bilhões.

Mais ainda, num país onde o fantasma do desemprego assusta principalmente os jovens, 53% dos que participaram do Aprendiz Legal continuam no mundo do trabalho e 37% são assalariados registrados. Pelo lado empresarial, são frequentes as referências à qualidade e aos resultados positivos do programa de aprendizes do Ciee. Diversos

setores da economia procuram pelos jovens do Aprendiz Legal, como bancos de grande porte, siderúrgicas, governos federal, estadual e municipal, apenas para ficar em alguns exemplos. A lei tanto deu certo que 53% das empresas ouvidas na pesquisa da Fipe abrem as portas aos jovens aprendizes. Marca expressiva num país onde, como é conhecimento geral, parte das organizações deixa de cumprir suas obrigações legais, seja por que motivo for. O estudo mostra, ainda, que essa receptividade vai além do simples cumprimento de cotas, pois resulta na oferta de oportunidades efetivas de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Primeiro, porque 90% das empresas avaliam positivamente a presença dos aprendizes em seus quadros, que consideram "fundamental", "muito importante" e "importante". Segundo, 73% delas informam que há grande possibilidade de efetivar os jovens após a conclusão do programa de capacitação. Diante dessas constatações, causou estranheza a informação de que está sendo elaborada nova legislação para regular esse assunto. A iniciativa, segundo se informa, pleiteia principalmente a redução das porcentagens de aprendizes estabelecidas pela lei atual. Sejam quais forem as possíveis justificativas para a proposta, não





há nada que as sustente. Os parâmetros estabelecidos pela lei são consistentes com os objetivos do programa de aprendiz: as vagas são destinadas a jovens entre 14 e 24 anos incompletos que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino fundamental e o ensino médio. São estabelecidas cotas de contratação de aprendizes para estabelecimentos de médio e grande porte.

A cota compulsória é de, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% da força de trabalho de referência, que inclui todos os empregados cujas funções exijam formação profissionalizante – excluindo cargos de direção, gerência, ensino técnico ou superior. Cabe ressaltar que o cenário atual não satisfaz plenamente o volume de vagas exigido pela lei. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, em 2017 o número de aprendizes

contratados (386 mil) correspondia a uma cota efetiva de 2% da força de trabalho de referência, quando o mínimo seria de 964 mil (para cota mínima de 5%) e 2,9 milhões (para cota máxima de 15%). Importante lembrar que existem vantagens para as empresas na contratação dos aprendizes, feita em regime CLT especial, que estabelece isenção de verba rescisória, taxa de apenas 2% do FGTS e dispensa de aviso prévio remunerado.

Mas não é só isso: ao contratar um aprendiz o empresário contribui para a formação de adolescentes e jovens que sonham em fazer novas leituras do mundo à sua volta e ingressar no ambiente do trabalho. Trata-se da única política pública que combate a evasão escolar e o trabalho infantil, ao exigir a participação apenas de

estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, e que possibilita a entrada regulamentada de menores de idade no mundo do trabalho. São fatos como esses e muitos outros que levam à conclusão de que a Lei do Aprendiz "pegou" e produz resultados positivos. Como acontece com todas as legislações, essa é passível de ajustes, mas nada que justifique a necessidade de novo texto. Ainda mais quando, como está ocorrendo, as propostas de alterações são desenhadas sem o necessário debate sobre um assunto tão fundamental para a construção de uma realidade melhor e mais justa para o nosso país.]

RESPECTIVAMENTE,
SUPERINTENDENTE-GERAL E
PRESIDENTE EMÉRITO DO
CIEE

EDUCAÇÃO »

Mais 500 professores nas escolas



Governador Ibaneis Rocha: "Devemos ter mais novos pedidos de aposentadoria (de professores)"

Ibaneis vai convocar 300 profissionais temporários e 200 concursados para suprir carências da rede pública de ensino. Previsão é de que os novos servidores sejam chamados nesta semana. Há estudos para outras contratações

»ALEXANDRE DE PAULA
»ANAMARIACAMPOS

O governador Ibaneis Rocha (MDB) determinou, ontem, a contratação de 500 novos professores para repor a carência da rede pública do Distrito Federal. Do total, 300 serão profissionais temporários. As outras 200 vagas

serão preenchidas com a convocação de concursados. A intenção é que o processo de chamamento seja finalizado nesta semana.

A decisão de efetivar a contratação dos 500 profissionais foi tomada depois de reunião para avaliar com os secretários de Educação, Rafael Parente, e de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, André Clemente, a proposta. A demanda havia sido feita pela Secretaria de Educação antes, mas o governo queria ter certeza da viabilidade orçamentária das contratações.

O deficit de profissionais,

segundo o secretário de Educação, é justificado por licenças e pelo grande número de pedidos de aposentadoria, motivados pelo avanço da reforma da Previdência no Congresso Nacional. "Devemos ter mais novos pedidos de aposentadoria. No ano passado, não houve essa programação", afirma o governador Ibaneis Rocha.

Além da baixa de profissionais, o DF teve um crescimento inesperado da demanda de alunos dos ensinos fundamental e médio. "No ano passado, tínhamos 35 mil matrículas. Estava em queda em relação aos anos anteriores. A tendência era diminuir. Mas, este ano, foram 68 mil estudantes, quase o dobro", explica Parente. "Então, felizmente e infelizmente, fomos surpreendidos e tivemos de lidar com essa situação."

Parente assegura que a previsão é de que os profissionais sejam convocados nesta semana. "Assim que a Fazenda liberar oficialmente a nomeação, vamos chamá-los de imediato", diz. Segundo ele, os servidores serão alocados de acordo com as necessidades dos colégios com maior carência. "Esse reforço é fundamental porque a gente começou a ter deficit no quadro e coordenadores estavam deixando suas funções para substituir os professores."

Mais contratações
O GDF não descarta que, ainda





em 2019, mais profissionais sejam chamados para a área. “Até o fim do ano, vamos contratar mais professores visando o próximo semestre”, diz Ibaneis. “Fizemos o pedido de 1.122 professores por causa da nossa necessidade. Mas entendemos que a Fazenda precisa garantir que há recursos suficientes para arcar com o custo disso”, explica Rafael Parente.

Além dos professores, a Educação pediu a contratação de outros profissionais da área. “Precisamos de nomeações para os cargos monitores e de apoio administrativo. Mostramos que a demanda existe, mas agora é preciso a avaliação da Fazenda e do governador para que isso seja feito considerando as possibilidades orçamentárias”.

O anúncio da contratação de novos servidores gerou temor, entre concurseiros, de que não sejam feitos novos certames em médio prazo, mas Parente garante que à medida não terá esse impacto. “Não vai prejudicar, estamos preparando concursos para diversas áreas.”

Ontem, Ibaneis também comentou investimentos no Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF). Ele afirma que houve, por parte das escolas, um descontrole dos projetos. “À medida que os projetos forem sendo organizados, vamos liberando recursos para investimentos”, explica.

ENTREVISTA/MÁRCIA ABRAHÃO MOURA»

Cortes atingem em cheio a UnB



"O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância pela Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e, não, estadual"

Sem dinheiro depois do bloqueio federal de 30% no orçamento da instituição, cerca de R\$ 38,2 milhões, contratos como o de limpeza e o de segurança correm risco de não serem renovados a partir de setembro

»ANA VIRIATO

As consequências do bloqueio de 30% no orçamento da Universidade de Brasília (UnB), implementado em abril pelo Ministério da Educação (MEC), sob a justificativa de identificação de "balbúrdia" nos câmpus, ganharão força entre o fim deste mês e o início de setembro. A universidade, que retoma as aulas dia 12, corre o risco de não conseguir renovar contratos, como o de

vigilância e o de limpeza. "Para eu firmar o contrato, tenho de provar ter orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. O contingenciamento me impedirá de renová-los", alertou a reitora Márcia Abrahão Moura, em entrevista ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

Desde o corte de R\$ 38,2 milhões, a universidade usa recursos da arrecadação própria para completar o orçamento e arcar com as despesas. Com o esgotamento do dinheiro, a reitoria busca opções para manter as contas em dia. "Ainda estamos trabalhando com a sensibilização do governo para descontingenciar", disse Márcia. Conforme a reitora, caso a UnB não recupere a verba, não há planos, por

exemplo, para a segurança dos câmpus. "O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância pela Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e, não, estadual", observou.

A reitora apontou "inconsistências" no programa Future-se. Lançado no mês passado, o projeto prevê, segundo o MEC, o fortalecimento da autonomia das universidades — a proposta abre espaço para que Organizações Sociais (OS) tomem a frente da gestão. Márcia ainda criticou o debate sobre a cobrança de mensalidades em federais. "A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) fez um estudo que mostra que mais de 70% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda de até um salário e meio. Essa discussão não tem sentido em um país com essa situação e não resolve de forma alguma a nossa situação orçamentária", argumentou.

O Programa Future-se, lançado recentemente pelo Ministério da Educação, é alvo de críticas de professores e reitores. Qual a sua avaliação sobre o projeto?

Na sexta-feira, fizemos um debate sobre o programa no Conselho Universitário. Nós avaliamos que ele parte de um diagnóstico que nos





interessa, pois demonstra que há pouca autonomia nas universidades. Mas a solução proposta vai na contramão do diagnóstico: coloca toda a administração com uma Organização Social (OS) e com o Ministério da Educação. Existe um receio muito grande de uma intervenção excessiva da iniciativa privada na universidade, o que pode comprometer a autonomia. E há quem avalie que falta uma parceria com o mercado, com participação mais efetiva do setor produtivo.

Existem realidades muito diferentes nas universidades brasileiras. A UnB é uma que tem muita parceria com a iniciativa privada. Cerca de 40% do nosso orçamento provém de arrecadação própria: temos contratos, convênios, aluguéis de imóveis. O projeto apresentado parece desconhecer a realidade de algumas universidades.

Em que pontos?

Por exemplo, na própria questão da parceria com a iniciativa privada. Nós temos uma relação forte, arrecadamos muito. Porém, se arrecadarmos algo que ultrapassa o limite previsto em lei, vai para o Tesouro Nacional. É um desestímulo à arrecadação.

A senhora publicou um artigo no Correio Braziliense no último sábado. Nele, disse que há possibilidade de aperfeiçoamento do Future-se. Em que sentido?

O projeto, em si, traz alguns problemas. Não sei se o caminho é por meio dessa proposta específica. Temos que aperfeiçoar a proposição em geral. Por exemplo, no meio do projeto, coloca-se que a revalidação do diploma, hoje feita nas

universidades públicas, passe a ser realizada nas privadas. Além disso, temo que tenhamos uma redução dos controles feitos pelo Sistema de Gestão Universitária e pelo Tribunal de Contas da União ao passarmos para uma OS a atribuição que é do governo. Então, tem, sim, muito a se discutir. Por exemplo, há a lei de doações. A UnB regulamentou a doação, mas o governo, agora, trouxe vetos que a prejudicam, pois tira, por exemplo, a isenção fiscal que estimula as contribuições. Outra coisa importante é que o programa de governo fala “menos Brasília, mais Brasil”. Mas, ao implementar o Future-se, centraliza as decisões no Ministério da Educação. Há inconsistências.

Recentemente, a UnB entrou no centro de uma polêmica imensa, depois da declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre suposta balbúrdia. Houve uma reação muito grande em defesa da universidade para mostrar o trabalho desenvolvido. Isso é página virada ou ainda há alguma repercussão negativa?

Tenho respeito ao que ele pensa. Mas há consequência dos atos. Antes da declaração, veio o bloqueio orçamentário. E nós fomos a primeira universidade a ter o contingenciamento de 30%, que permanece. A UnB, como todas as universidades, é um lugar de debate, de divergências. Estive com o ministro. Levei para ele os dados da UnB: de acordo com o Times Higher Education, somos a 5ª melhor universidade do Brasil e a 15ª, da América Latina.

E o que ele disse?

Disse que acha que é muito pouco. Que não interessa que as universidades estejam bem no Brasil ou na América Latina; interessa a repercussão mundial. Porém, existem estudos que mostram que, quanto mais se investe na universidade, maior a repercussão mundial.

E como a universidade está se virando?

Não está fácil. Desde que assumi, fizemos muitos ajustes, o que nos deu fôlego para enfrentarmos esse novo momento já numa situação equilibrada. Tínhamos ajustado as contas no fim do ano passado e estávamos prevendo gastos com o orçamento aprovado pelo Congresso. Mas tivemos a surpresa. Estamos monitorando diariamente. Continuamos com as contas em dia por enquanto. Contudo, daqui a um mês ou dois, teremos muitas dificuldades. Por quê? Para eu fazer um contrato, tenho de provar que tenho orçamento para um ano. A legislação é muito rígida. Então, o bloqueio me impedirá de fazer novos contratos de limpeza e etc. Isso é muito grave.

Desde a polêmica da “balbúrdia”, o governo tenta direcionar os recursos das universidades para as áreas de exatas e as médicas, em detrimento das áreas sociais, que são a base da formação do pensamento ocidental. Como a UnB lida com isso? Há um descompasso?

Essa é uma preocupação muito grande. Através da questão da balbúrdia, um dos artigos do Future-





se permite a premiação de estudantes dependendo do comportamento. Nós nos preocupamos com o formato de aplicação desse critério. No caso da UnB, temos cursos e programas de excelência das áreas humanas e de exatas. Internamente, não existe essa diferença. Por isso, não podemos abrir mão da nossa autonomia. Se o governo fala em autonomia, precisa conceder a autonomia de gestão, que está prevista na Constituição — inclusive, com relação {a nomeação de reitores. Internamente, tudo funciona de forma harmoniosa entre humanas e exatas. Se for colocar nas mãos do mercado, minha área, por exemplo, que é geociência, tem mais apelo do que uma área de ciência básica ou humanas. A universidade funciona de forma integrada. Temos muita preocupação em delegar a gestão a uma Organização Social, com um conselho que está indefinido.

O contingenciamento atingiu principalmente quais áreas? Onde a UnB cortou? Afeta material de laboratório e dia a dia das pesquisas?

São coisas distintas. A pesquisa é financiada principalmente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que também passaram por cortes. Então, tivemos bloqueios em bolsa de pós-graduação e em pesquisas do CNPQ. O contingenciamento de 30% caiu sobre alguns projetos. Por exemplo, Hospital Veterinário, capacitação técnica e funcionamento da universidade. Como a UnB também tem recursos próprios, estamos usando parte deles para

cobrir alguns contratos. As renovações, a partir do fim de agosto e início de setembro, é que estão correndo risco, assim como o pagamento de contas de luz e água.

O corte vai atingir contratos de vigilância, por exemplo? É uma grande preocupação.

A área pode ser atingida, porque estamos em uma fase de renovação do contrato e precisamos demonstrar que temos orçamento.

E como a UnB vai resolver a questão?

O ministro sugeriu que a gente trocasse a vigilância por Polícia Militar, o que não é possível, porque somos um órgão federal e não estadual. Ainda estamos trabalhando com a sensibilização do governo para descontingenciar. Tanto nós, como a Andifes.

Um dos critérios de avaliação das universidades trata do posicionamento nos rankings nacionais e internacionais. Como está a situação da UnB?

Por isso ficamos chateados com os cortes. A UnB tem se mostrado muito qualificada. Nossa citação de artigos, critério usado inclusive para a percepção internacional, subiu mais de 100% nos últimos seis anos, apesar das barreiras linguísticas, uma vez que temos de escrever em inglês. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação fala que não somos internacionalizados, corta um programa de muito sucesso: o Idiomas sem Fronteiras. Um país que já é distante em termos físicos e linguísticos daqueles que têm a pesquisa mais forte precisa de incentivos.

Uma das razões da má classificação das universidades brasileiras em rankings internacionais é a internacionalização. O que a UnB está fazendo sobre isso?

Apesar da redução orçamentária, aumentamos os subsídios em institutos e faculdades. Estamos fazendo um esforço para contratar professores estrangeiros. Foram 30 no ano passado, e vamos abrir um edital para mais 45. Também estamos investindo em editais para participação em eventos internacionais e financiando traduções de artigos. Além disso, existe o Capes Print para a internacionalização das universidades. Poucas foram contempladas. A UnB é uma delas. Estamos em pleno desenvolvimento desse projeto que permite mandar alunos para o exterior e trazer pesquisadores para cá.

Um debate que cresceu é a possibilidade da cobrança de mensalidade nas universidades públicas para que o governo possa deslocar recursos e investir na educação básica. O que acha disso?

A Andifes fez um estudo que mostra que mais de 70% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda de até um salário e meio. Essa discussão não tem sentido em um país com essa situação e não resolve de forma alguma a nossa situação orçamentária. Isso desloca o debate para o lado equivocado, traz uma competição entre educação básica e superior que não contribui para nada. Não acho que a medida seja adequada, mesmo porque a





Constituição garante a educação pública e gratuita.

Esse percentual tem ligação com as cotas?

Com certeza. Cursos de alta demanda, como medicina, relações internacionais e direito, só passaram a ter mais pessoas de baixa renda depois das cotas. Por quê? Não é uma questão de mérito. Os filhos de quem tem mais renda estudam nas melhores escolas, falam outras línguas.

Embora sejam inclusivas, as cotas não abaixam o nível dos cursos? Há uma evasão muito grande?

Na verdade, fizemos um estudo que mostra que, sim, os cotistas, às vezes, entram com um nível mais baixo. Mas, na hora da saída, não há diferença. Eles conseguem acompanhar, apenas precisavam daquela oportunidade.

Governo avalia usar recursos do PDAF para construir escolas no DF

A medida, segundo o governador Ibaneis Rocha, serviria para evitar déficit de vagas na rede pública em 2020

CAIO BARBIERI

caio.barbieri@metropoles.com

O governador Ibaneis Rocha (MDB) avalia usar os recursos previstos no Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), da Secretaria de Educação, para a construção de escolas. O emedebista quer, com isso, se antecipar a um possível déficit de vagas em 2020, visto que as projeções apontam elevação de alunos matriculados na rede pública de ensino. As declarações foram dadas ao Metrôpoles pelo titular do Palácio do Buriti nessa segunda-feira (05/08/2019).

O chefe do Executivo explicou que aguarda estudo em elaboração pelo secretário de Educação, Rafael Parente, para decidir se o dinheiro do programa será direcionado para reformas específicas de salas de aula ainda inativas ou se o governo direcionará parte do recurso para erguer possíveis novas unidades de ensino. Por isso, preferiu não antecipar o montante que poderá ser transferido para as novas unidades. A medida ocorre no mesmo dia em que Ibaneis determinou a contratação de novos professores e



o remanejamento interno de docentes atuantes na área administrativa da pasta para voltarem às salas de aula.

“O que percebemos é que, se tiver previsão de aumento de matrícula, o que deve ocorrer, teremos que construir escolas. Mas isso eu ainda vou levar aos deputados distritais, porque vários fizeram emendas destinando recursos para o PDAF. Juntos, vamos avaliar se a prioridade é reformar as salas inativas ou se é melhor fazer novas unidades. O que precisamos entender é que o dinheiro não está sobrando e teremos que escolher”, explicou o governador.

Por enquanto, o Governo do Distrito Federal (GDF) está liberando recursos do PDAF “de forma consciente”, segundo informou o secretário de Fazenda, André Clemente. “Vamos incrementar a execução do PDAF com responsabilidade na questão financeira”, disse. Até agora, dos mais de R\$ 33 milhões solicitados, já foram desbloqueados R\$ 16,5 milhões para pequenas reformas de unidades e aquisições de materiais de consumo, de acordo com a pasta.

Ibaneis lembrou que, neste ano, conseguiu atender toda a demanda de estudantes, mas a atual gestão encontrou falhas em números apresentados no governo de





transição, em especial sobre a gestão de professores. “Tivemos muita dificuldade em bater os números informados com a realidade. Com a reforma da Previdência, a quantidade de professores que devem se aposentar pode crescer, e já trabalhamos com a possibilidade de aumentar ainda mais o número de temporários e efetivos para o ano que vem”, disse o governador do DF.

Ele explica que muitos dos problemas vêm de gestões passadas. É o caso dos 360 alunos da Escola Classe 52 de Taguatinga, que começaram o segundo semestre letivo de 2019 separados e em salas improvisadas. O colégio funcionava de forma provisória há 28 anos e, para garantir a segurança de estudantes e professores, o GDF deveria construir nova unidade no mesmo terreno ou reformar completamente o prédio.

Como essas providências não haviam sido tomadas, a Justiça, então, determinou o fechamento do local, e as turmas da escola foram transferidas emergencialmente para outros dois centros educacionais da região.

PDAF

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira foi criado pelo governo local para gerar certa autonomia financeira nas unidades escolares e coordenações regionais de ensino. Os recursos são incluídos na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal e podem ser suplementados por meio de créditos adicionais. Já os critérios para

distribuição entre as escolas e coordenações são estabelecidos pela Secretaria de Educação, bem como os limites por categoria de despesa.

A liberação dos recursos do PDAF, para cada exercício, é condicionada à prestação de contas dos anos anteriores ao da solicitação. Por isso, o repasse a algumas escolas pode sofrer atrasos. Para receberem o dinheiro, as unidades escolares precisam apresentar, de forma individualizada, o processo de liberação de recursos devidamente identificado como “Orçamento: Liberação de Recursos – PDAF 1º semestre de 2019”, pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

Contratação de professores

Ainda nessa segunda-feira (05/08/2019), Ibaneis determinou a contratação de 500 novos professores. A decisão foi tomada após reunião com os secretários de Fazenda, André Clemente, e da Educação, Rafael Parente. Segundo Parente informou ao Metrôpoles, as vagas são para substituir os educadores que se aposentaram e os que tiraram licenças por longo período. Ainda não foram definidas as disciplinas carentes de professores. A contratação será imediata.

Além disso, a Secretaria de Educação anunciou que vai publicar, em breve, portaria para diminuir de 10% a 20% o número de profissionais nas coordenações regionais de ensino (CREs) e nas subsecretarias e remanejá-los para

as salas de aula. A expectativa, nesse caso, é de que pelo menos outros 200 docentes voltem a lecionar.

TCDF monitora secretaria

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) também passou a monitorar as ações implementadas pela Secretaria de Educação nos últimos quatro anos para melhorar a oferta e distribuição de professores nas escolas da rede pública. Desde junho, o corpo técnico do órgão está realizando o monitoramento em campo. O intuito é verificar se foram cumpridas determinações feitas pela Corte desde 2015, após a realização de uma auditoria operacional que constatou diversas falhas na gestão do pessoal de magistério.

Além de visitar unidades de ensino que foram parte da amostra da auditoria de 2015, o tribunal enviou aos gestores das mais de 600 escolas públicas do DF um questionário eletrônico para buscar informações atualizadas sobre questões como absenteísmo, afastamentos e carência de docentes, entre outras. O levantamento também inclui consultas a dois sistemas da Secretaria de Educação: o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Sigep) e o Sistema de Gestão de Professores Substitutos (Gespro).

A auditoria operacional realizada em 2015 apontou nove falhas na gestão de professores. Constatou-se, por exemplo, que a Secretaria de Educação não dispunha de uma política estruturada para realizar a reposição de professores e orientadores educacionais, que





ocorria de forma descontinuada.

De acordo com a inspeção, os concursos públicos para magistério, quando realizados, não eram capazes de suprir o déficit de profissionais do quadro permanente. Quanto à contratação de professores temporários, também conforme o TCDF, a auditoria apontou falhas no planejamento e no atendimento das demandas, decorrentes da inexistência de preparação prévias (estudos e diagnósticos da demanda) para composição dos bancos de temporários das coordenações regionais de ensino.

De acordo com o governador, os problemas enfrentados pela atual gestão são históricos e vêm de outras administrações. “Não gosto de culpar os outros, mas é inevitável responsabilizar os governos anteriores. Peguei o carro andando e tive que trocar os quatro pneus em movimento”, comparou.